



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 02 – Organização e Representação do Conhecimento

MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: CONTRADIÇÃO E DIALÉTICA DA PRÁXIS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

MEMORY, FORGETFULNESS AND INFORMATION RETRIEVAL: CONTRADICTION AND DIALECTICS OF PRAXIS IN KNOWLEDGE ORGANIZATION

Tatiana Almeida¹, Gustavo Silva Saldanha² e Ana Rosa Pais Ribeiro³

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O objetivo do presente trabalho, de fundo teórico, é tecer uma reflexão sobre como o esquecimento, a memória e a recuperação da informação poderiam dialogar com vistas a processos satisfatórios de busca e recuperação da informação. A estratégia metodológica empregada para este estudo consistiu na pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica. Tal estratégia tem caráter explicativo, uma vez que busca explicações em um campo de estudo e se preocupa com comparações de diferentes abordagens. Informação e Memória são conceitos fundamentais para o desenvolvimento científico, sendo que ambos adquirem contornos específicos em função do domínio no qual estejam inseridos, abrigando um largo repertório de definições. Para este estudo, importa abordar a memória, aquela que normalmente é adjetivada de “artificial” (sob as mais variadas concepções, tanto por um viés da Antiguidade, como da contemporaneidade, como aquele wieneriano), como a capacidade de conservar informações de cunho científico produzidas no passado, de modo a permitir sua evocação para que seja utilizada no presente, com vistas à geração de novas informações e/ou atualização das mesmas. A reflexão teórica, construída em diálogo com as ideias de Paul Ricoeur sobre memória, esquecimento, ideologia e ciência, aborda a memória ora a partir do duplo presente na relação de contradição e interdependência com o esquecimento, ora como fruto dialético da condição ideológica de integração, dominação e dissolução da potencialidade dos saberes (o esquecimento como ação política). Tais reflexões apontam para os elementos conclusivos, orientados para a compreensão das margens de repercussão das relações contraditórias e dialéticas de memória e esquecimento no âmbito da organização do conhecimento, tanto articuladoras da eficácia da precisão quanto mantenedoras da eficácia da desigualdade.

¹ UNIRIO - IBCT

² IBCT - UNIRIO

³ IBCT - IBGE

Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Recuperação da Informação. Memória. Esquecimento.

Abstract: *The objective of this work, theoretical background, is weaving a reflection on how forgetfulness, memory and retrieval of information could dialogue with a view to a satisfactory process of search and retrieval of information. The strategy employed for this study consisted in a bibliographic research for the theoretical foundation. This strategy has explanatory character, as it seeks explanations in a field of study and is concerned with comparisons of different approaches. Information and memory are key concepts for scientific development, being that both of which acquire specific contours depending on the field in which they are inserted, housing a wide repertoire of settings. For this study, is important to approach the memory, that one is usually adjectival of "artificial" (under various conceptions, both a bias of antiquity, like the contemporary, like that wieneriano), the ability to maintain scientific nature of information produced in the past, in order to allow its evocation to be used in the present, with a view to generating new information and / or update them. The theoretical reflection, built in dialogue with Paul Ricoeur's ideas about memory, forgetting, ideology and science, approach the memory, sometimes from the double present in the relationship of contradiction and interdependence with forgetting, sometimes as dialectical result of the ideological condition of integration, domination and dissolution of the potential of knowledge (oblivion as political action). These reflections point to the conclusive elements, oriented to understanding the margin impact of contradictory and dialectical relations of memory and forgetting in the organization of knowledge, both coordinating the effectiveness of precision as maintainers of inequality effectiveness.*

Keywords: Knowledge Organization. Information Retrieval. Memory. Forgetfulness.

1 INTRODUÇÃO

Informação e Memória são conceitos fundamentais para o desenvolvimento científico, sendo que ambos adquirem contornos específicos em função do domínio no qual estejam inseridos, abrigando um largo repertório de definições. No campo da Ciência da Informação (CI), particularmente, habitam a centralidade de sua própria razão constituinte, já que são temáticas tratadas constantemente nesta área. Desta forma, torna-se relevante para essa reflexão explorar a seguinte questão: como a Organização do Conhecimento (OC) se reconhece diante das perspectivas teóricas dos estudos sobre memória?

Para este estudo, importa abordar a memória, aquela que normalmente é adjetivada de “artificial” (sob as mais variadas concepções, tanto por um viés da Antiguidade, com Platão (2000), como da contemporaneidade, como aquele wieneriano (WIENER, 1968)), como a capacidade de conservar informações de cunho científico produzidas no passado, de modo a permitir sua evocação para que seja utilizada no presente, com vistas à geração de novas informações e/ou atualização das mesmas. Uma memória que se ocupa de guardar/armazenar informações passadas, e que, para além do importante registro histórico, servirão no presente para subsidiar novos estudos, impulsionando a criação de mais informações, que, novamente, deverão ser armazenadas, em um verdadeiro ciclo virtuoso, em prol da ciência.

De acordo com Gondar e Dodebei:

A memória é um fator de ligação psíquica coletiva em uma sucessão que visa neutralizar os efeitos da interrupção de uma trama; só quando a memória se torna objeto de uma gestão cultural é que pode produzir a aparência de ordem. Instituir, portanto, é ordenar. Mas a memória possui também algo de acidental, de circunstancial, já que não é apenas um meio de consagrar a continuidade, a duração, ou ainda de criar vínculos (GONDAR; DODEBEI, 2005, p.17).

A memória de alguma forma requer um trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os quadros sociais nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si. Ela se configura na capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis, seja internamente, no cérebro, seja externamente, em dispositivos artificiais. (IZQUIERDO, 1983).

Dessa forma, a memória está estritamente vinculada à ideia de “recordação”, o que implica preocupações com procedimentos anteriores ao armazenamento, com a organização da informação inscrita em um suporte, genericamente, tratado como “documento”, de forma a permitir esse retorno do conteúdo pretérito ao presente para novos usos. Em uma palavra, sua recuperação.

A recuperação da informação se encontra inserida no rol dos procedimentos adotados para se obter o conteúdo de interesse dos usuários. Esse processo lida, diretamente, com mecanismos de esquecimento uma vez que no momento em que a informação é tratada, com vistas a sua representação, é necessário selecionar as partes (no caso da representação descritiva e da elaboração de resumos) e os assuntos (no caso da representação temática) mais significativos do documento.

Com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a emergência da sociedade da informação, o desenvolvimento dos Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs) fica ainda mais em evidência. Desta forma, no sentido de responder exatamente às necessidades dos usuários, buscam-se estratégias para a eficácia na recuperação da informação, ou seja, uma recuperação mais coerente e eficiente e, fundamentalmente, que seja, em termos sociais, contextual e transformadora. Essa eficiência depende, diretamente, dos processos de representação da informação.

O objetivo do presente trabalho, de fundo teórico, é tecer uma reflexão sobre como o esquecimento, a memória e a recuperação da informação poderiam dialogar com vistas a processos satisfatórios de busca e recuperação da informação. A estratégia metodológica empregada para este estudo consistiu na pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica. Tal estratégia tem caráter explicativo, uma vez que busca explicações em um campo de estudo e se preocupa com comparações de diferentes abordagens. A pesquisa explicativa registra analisando, interpretando e identificando suas causas. Essa prática visa estruturar e definir modelos teóricos, relacionar hipóteses e gerar ideias por força de dedução lógica (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Sendo assim, no âmbito deste estudo passaremos por aspectos relacionados aos mecanismos de armazenamento e recuperação da informação, registrada em suportes documentais, pautando a importância do esquecimento como uma estratégia mnemônica para a organização do conhecimento. Trazendo, desta forma, uma parte da reflexão posicionada na questão metodológica da importância do esquecimento, em relação à organização do conhecimento. Enquanto abordamos, também, outro ponto de vista mais relacionado à esfera social e política da questão da memória e do esquecimento nos processos de armazenamento e recuperação da informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção apresentam-se conceitos centrais para o entendimento da reflexão, como os de “representação” e “recuperação da informação”, “memória” e “esquecimento”. A procura da

discussão aqui proposta está no desenvolvimento do diálogo entre a construção do pensamento em organização do conhecimento articulada com as condições do duplo memória-esquecimento tanto na abordagem teórica quanto nas aplicações.

2.1 A representação da informação e os instrumentos que auxiliam em sua recuperação

Quando se trata de entender o processo de recuperação da informação, seja ele em meio digital ou não, é necessário que se utilizem estratégias e procedimentos de representação para que estas informações sejam identificadas e reconhecidas por seus usuários.

Organizar e representar a informação são atividades indispensáveis para que o pesquisador possa encontrar as informações desejadas, entre muitas daquelas disponíveis, no momento em que se fazem necessárias de acordo com seu interesse. Para Campos e Gomes (2003, p.162) a representação da informação “é um norteador para a organização de documentos e informação”.

Recuperação da informação é o ato efetivo de se obter satisfatoriamente o que se procura utilizando estratégias de busca. Essa atividade está totalmente ligada à terminologia para garantir referenciais para a organização de campos temáticos (LARA, 2004). Abrangendo, ainda “o processo total de identificação, busca; encontro e extração da informação armazenada” (CUNHA, 2008. p.307).

Neste sentido é necessário ressaltar que a recuperação da informação é a área da pesquisa que desenvolve e investiga técnicas para a representação, organização, armazenamento, a busca e a recuperação de itens de informação. Para isto, utiliza-se de mecanismos, bases e representações de modo que agilizem a recuperação através de sistemas organizacionais (CAMPOS; GOMES, 2003).

A partir dos processos de representação da informação, mais especificamente no processo de indexação e classificação, foram desenvolvidos técnicas e instrumentos que ajudam a nortear a escolha dos assuntos mais adequados e a padronização dos mesmos. Em um sistema de informação, a qualidade obtida na recuperação da informação depende, consideravelmente, dos instrumentos utilizados na organização da informação.

Essas técnicas e esses instrumentos nada mais são do que mecanismos que podem auxiliar nas tomadas de decisão no momento em que o profissional deve privilegiar alguns assuntos ou alguma informação em detrimento de muitas outras que são, dessa maneira, esquecidas. Para Borges (1960) “classificar é, de fato, uma operação que implica em esquecer: esquecer diferenças para sustentar semelhanças”. Seria impossível representar o

documento, a ser armazenado, com a íntegra de seu conteúdo, tendo o esquecimento de determinadas informações a função precípua de selecionar o que mais importa.

A organização da informação especializada, nos dias atuais, ainda enfrenta as consequências do impacto causado pelas TICs nos processos de representação (temática e descritiva) e de recuperação da informação. Tais tecnologias alteraram o fluxo e o uso da informação, indicando ser necessário reavaliar os processos de organização e de representação para que a comunicação com o usuário seja mais eficaz.

De acordo com Francelin e Pinho (2011, p.56), os processos relacionados à representação da informação, que objetivam sua recuperação, “vão muito além de um ‘fazer técnico’ e as preocupações, cada vez mais, voltam-se para a dimensão social da área e seus impactos para os usuários”. Desta forma, é necessário que se leve em conta que tanto o produto, quanto o processo de representação, deve se basear na utilidade e na adequação para determinado grupo-alvo. Para tanto, é importante que sejam evidenciadas as informações mais relevantes para o público, em detrimento de outras que não são o foco de interesse desses usuários.

Os modelos de representação de um dado contexto devem se embasar nos sistemas de informação aplicados, nos documentos produzidos, nas linguagens especiais utilizadas, nos produtores do conhecimento, nos intermediários, nos usuários, além de verificar como todos esses agentes, instituições e serviços estão ligados em um sistema social.

No contexto da representação, o uso de instrumentos e ferramentas que possam atuar como mediadores entre o usuário e a informação se torna essencial para facilitar a recuperação. O processo de representação engloba um:

[...] conjunto de processos de simbolização notacional ou conceitual do saber humano no âmbito de qualquer disciplina [...] se incluem a classificação, a indexação e o conjunto de aspectos informáticos e linguísticos relacionados com a tradução simbólica do conhecimento. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.332)

A classificação, enquanto processo de organização da informação, é uma forma de categorizar e organizar determinada área. Esse processo auxilia na definição da amplitude ou dos limites do domínio que se tem como objeto de estudo.

A Classificação esteve sempre no centro da Biblioteconomia, da Bibliografia e da Documentação: a necessidade de se estabelecer alguma ordem dos documentos para serem rápida e eficazmente encontrados e, ainda, para permitir ao leitor o *browsing* nas estantes, foram, sem dúvida, fatores determinantes para a criação de esquemas de classificação bibliográficas. (GOMES; MOTTA; CAMPOS, 2006, p.1)

Os processos compreendidos na representação da informação necessitam de diversos tipos de instrumentos de busca. Ainda de acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p.208), esses instrumentos são aqueles que auxiliam a preparação da estratégia de busca, como, por exemplo, os tesouros, os vocabulários controlados e as listas de termos de indexação. Esses instrumentos são mais comumente conhecidos como Linguagens Documentárias.

Uma vez abordada a temática da representação da informação e seus instrumentos, importa agora a contextualização da “memória” e do “esquecimento” de acordo com o objetivo do estudo.

2.2 Memória e esquecimento

Em geral, o termo “memória” é relacionado diretamente à capacidade de guardar todo tipo de experiência vivida, ou seja, de armazenar toda essa informação. Nesse sentido, são sempre muito exaltadas as memórias prodigiosas, que de muito se lembram. O que leva a crer que uma “super memória”, como a relatada por Jorge Luis Borges (1944) através de seu personagem Irineo Funes, que tem a capacidade de lembrar-se de absolutamente tudo, sem conseguir esquecer-se sequer de um mero detalhe, seria objeto de desejo. Do outro lado dessa mesma moeda está a amnésia, entendida como a total incapacidade de recordar-se de algo, ou seja, o assombro do esquecimento de toda e qualquer experiência, informação, como uma temida enfermidade, que de fato é.

Ocorre que ao esquecimento se delega, primeiro e massivamente, uma carga negativa, entendendo-o como uma falha, um atentado à fidelidade de memória, um problema que deve ser evitado a qualquer custo. Entretanto, os estudos sobre os mecanismos envolvidos no fenômeno da memória humana atestam que o esquecimento é fundamental para a sanidade e para a própria existência da memória. Tratando-se, portanto, em ambos os casos de processos cognitivos complexos (RICOUER, 2004, p.532).

Assim, o esquecimento se apresenta como um mecanismo indispensável aos processos mnemônicos, pois não haveria possibilidade de reter qualquer informação se não existisse a possibilidade de olvidar inúmeras outras. Tais atividades de memoriar desempenham, pois, uma função seletiva: nem toda a informação é guardada, a memória afasta a informação que não é útil nem necessária. Dito de outra maneira, uma mente sã, que recebe informações incessantemente, não as memoriza todas, recorda-se de algumas ou até de muitas, mas nunca de sua totalidade. O que evidencia um processo seletivo que ocorre na formação de memórias e que corresponde à determinação de quais informações serão guardadas e quais serão esquecidas, eliminadas.

Com efeito, a opção pela formação de determinada memória se deve a fatores como seleção, consolidação, incorporação de mais informações e formação de registros. Pode-se dizer que a ação mnemônica implica guardar e evocar registros, sendo ambos processos complexos que se valem do esquecimento (IZQUIERDO, 2006).

Como visto, o esquecimento não é um problema, mas um processo corrente e necessário para o funcionamento da memória, um “fenômeno de múltiplas camadas que serve como a própria condição de possibilidade de memória” (HUYSEN, 2006, p.155), sendo por isso mesmo considerado pelo neurocientista Ivan Izquierdo (2006) como o aspecto mais notável da memória. Nesse sentido, o próprio Borges alerta para a patologia de Funes, pois era "incapaz de esquecer para poder pensar, (pois) para pensar é necessário esquecer (detalhes) para poder fazer generalizações" (BORGES, 1944, p.152).

No contexto da memória humana, continuam havendo muitas indagações sobre como as memórias são retidas, como é feita a seleção do que se deve guardar e/ou esquecer, assim como se pensa que o ideal, o saudável situa-se entre um e outro extremo. Tais questões são recorrentes no campo da memória e do esquecimento para as quais a ciência ainda não tem respostas.

No entanto, na ambiência deste estudo, consideram-se aspectos que aludem aos mecanismos de armazenamento e de recuperação da informação registrada em um suporte documental, uma memória materializada e que comumente é chamada de artificial. Aspectos esses que há muito inquietavam certos pesquisadores que se destinaram a estudar e a propor soluções focadas na organização do conhecimento posto que, compreendem a importância da informação na geração do conhecimento e também por terem consciência de que a produção de informação seguiria em ritmo acelerado.

É o tipo de memória que Smit e Tálamo (2006) denominam de retentiva ou de repetição, postulando que esta “se caracteriza pela conservação de conhecimentos passados”. Sendo uma “memória que pode ser ativada, ou seja, evocada, trazida para o aqui-agora e, portanto, reconfigurada em função do aqui-agora. “Atualizar” a memória significa que a informação do passado pode ser trazida para o presente, lida no presente e talvez até interpretada de forma diferente em função desta atualização” (SMIT; TÁLAMO, 2006).

Nesse sentido, são aqui trazidos à lembrança Otlet e La Fontaine, assim como Vannevar Bush, que idealizaram o Mundaneum e o Memex, respectivamente. Locais de memória para os quais foram pensados os espaços físicos para abrigar os documentos e as distintas técnicas de redução do documento, para a criação dos índices que permitissem sua recuperação. A “Arte da Memória”, como afirma Giulia Crippa (2010, p.91), se vale de “um

conjunto de técnicas” que se constituem em “princípios organizadores de registros externos, tornando-se parte da lógica de seleção e armazenamento”.

Já ao tempo do desenvolvimento dos computadores e de toda a tecnologia de informação e comunicação, que foi criada posteriormente, pareceria que a questão da “memória”, apreciada apenas do ponto de vista da capacidade quase que ilimitada de estocar informação, do seu armazenamento, estaria solucionada e a atenção passa a estar voltada para as técnicas ligadas à representação do conhecimento e para os sistemas de recuperação da informação, em que o foco passa a ser o “sucesso” de uma recuperação, no sentido de responder, exatamente ao interesse do pesquisador no momento da busca.

Em alusão clara a Ricouer que cunhou o termo “memória feliz” para os casos de sucesso da evocação de algo já registrado, a perfeita recuperação, como mencionada anteriormente, pode ser acompanhada do mesmo complemento, passando a ser considerada uma “recuperação feliz”, para o qual concorrem, neste contexto, apenas os processos de representação sob medida da informação.

Para o sucesso dos sistemas de recuperação, ou seja, para o que chamamos de “recuperação feliz” segundo o léxico ricoueriano - e o que a CI chama de eficácia e eficiência no léxico da “recuperação” - é necessário que sejam reduzidas as informações do documento a um subconjunto de palavras e frases, jamais sendo possível fixar todo o conteúdo, de modo completo, e sim, fazendo-se uma seleção das ideias principais presentes no texto, esquecendo o todo e retraindo apenas algumas partes. A organização da informação nos SRI necessita de um trabalho de “síntese da informação”, que nada mais é do que uma organização mnemônica na qual o esquecimento atua como princípio norteador da redução textual.

Justo nesse ponto reside uma dúvida radical: quanto e o quê se deve esquecer e quanto e o quê se deve guardar? É esse o dilema que é enfrentado pelos que lidam com os sistemas de armazenamento e de recuperação de informações, pois é grande a tentação de indexar com muitos termos, mas a resposta reside naquilo que Weinrich chamou de “oblivionismo científico”, uma “competência para rejeição sensata de informações” que se reveste em “Arte do Esquecimento” (WEINRICH, 2001), que deve ser consciente e metodicamente controlada.

Sem dúvida, a objetividade científica não permite prender-se a todos os detalhes, e assim também, os procedimentos levados a cabo nas técnicas de organização e representação da informação, como se pôde ver anteriormente, necessitam deixar de lado muitos aspectos para se alcançar o sucesso da “recuperação feliz”, configurando uma via de mão dupla no sentido de esquecer por um outro lado para garantir a lembrança do outro. Mas, o esquecimento empreendido na representação da informação somente poderá ser percebido

quando o pesquisador estiver com a íntegra do documento recuperado e conhecer seu conteúdo.

Levando em consideração que o conceito de Memória, como postulado por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 243), é definido como um “dispositivo que permite o registro, a conservação e a restituição de dados, como por exemplo, fichas, arquivos e recuperação automática da informação”, pode-se presumir que são nos processos abarcados na representação da informação que será possível verificar a importância do esquecimento para um eficiente processo de recuperação da informação, ou seja, para uma “recuperação feliz” ricoueriana.

A seguir apresenta-se um esforço de exemplificação das etapas contidas na representação da informação, no qual se pode verificar a presença marcante do ato de esquecer para se exaltar o que, de fato, é importante e tem utilidade.

3 DA CONDICIONANTE METODOLÓGICA DO ESQUECIMENTO: a contradição necessária à “recuperação feliz” na abordagem ricoueriana

A função de um Sistema de Recuperação da Informação (SRI) é permitir que os processos de tratamento documental e de busca pela informação desejada sejam realizados utilizando-se de uma mesma terminologia. Para que isso seja possível, é necessário que seja adotada uma linguagem comum em todas as etapas e que essa linguagem seja conhecida, tanto pelos profissionais envolvidos nessas ações, quanto pelos usuários que necessitam das informações ali contidas.

Atualmente, em um SRI, vários são os instrumentos utilizados para propiciar essa coerência terminológica. Esses instrumentos são denominados também, de uma forma geral (não sem amplas lutas terminológicas e demarcações regionais, que não são o foco desta reflexão), Linguagens Documentárias. Esse tipo de linguagem é usualmente definida como aquela elaborada para ser utilizada em sistemas de documentação para indexação, armazenamento e recuperação da informação. Para Chaumier (1980, p.101), a linguagem documentária é um “conjunto organizado de termos normalizados, empregados para representar o conteúdo dos documentos com a finalidade de memorizá-los para pesquisas posteriores”.

Segundo a finalidade as linguagens documentárias se subdividem em duas categorias: Notacionais e Verbais. As Linguagens Documentárias Notacionais possibilitam a organização sistemática dos documentos nas estantes, utilizando-se de um conjunto de símbolos (denominados notação) e se caracterizam por agrupar fisicamente os documentos em função

das áreas do conhecimento e das disciplinas. Cita-se aqui como exemplo a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU).

Já as Linguagens Documentárias Verbais são instrumentos que padronizam a linguagem e têm por função a representação do assunto dos documentos, visando o tratamento e a recuperação da informação. Funcionam como interface de representação dos assuntos contidos em documentos e a necessidade do usuário. A título de exemplo, podem ser citados os Cabeçalhos de Assunto, os Vocabulários Controlados e os Tesouros (CAMPOS, 2001).

A elaboração de uma linguagem documentária ou de indexação compreende algumas etapas, não cabe ao presente estudo aprofundar-se na explicação de cada uma delas, porém estas serão citadas e brevemente descritas para que seja possível visualizar a complexidade envolvida na construção de um instrumento como esse, são elas: delimitação do domínio ou área do conhecimento que a linguagem deve cobrir (visa orientar na seleção dos termos a serem incluídos no tesauro); determinação do perfil do público alvo (determina os princípios para escolha do nível de especificidade dos termos a serem incluídos); levantamento das fontes (objetiva selecionar dicionários, glossários e legislações da área); levantamento dos termos (etapa realizada por meio da literatura da área, de outras linguagens, do vocabulário de indexação em uso ou dos próprios documentos, no momento da indexação); definição dos termos (ambiciona conceituar adequadamente os termos, levando em consideração o perfil dos usuários e o contexto de uso); categorização (pretende estruturar os termos a partir de suas similaridades); relação entre os termos (estabelece vínculos hierárquicos entre os termos de uma mesma categoria e associativos entre termos de categorias diferentes); consolidação da parte alfabética (organiza alfabeticamente todas as informações); e estruturação da parte sistemática (organiza os termos de forma sistemática, evidenciando as categorias e as relações hierárquicas existentes).

Considerando que a representação da informação é realizada pautando-se no contexto em que se insere o acervo e no perfil do usuário desse acervo, pode-se presumir que nem todo conteúdo existente nos documentos deverá ser exaltado. O que se deseja sublinhar com essa afirmação é que, tendo como base o perfil do público alvo (usuários) e a delimitação da área (contexto), ficarão evidentes os assuntos que devem ser representados ou “memorizados”, ou seja, atribuídos aos documentos para posterior recuperação. Dessa forma, os assuntos que podem não contemplar a necessidade informacional dos usuários devem ser suprimidos, esquecidos ou deixados de lado da lista de assuntos ou categorias ou classes relevantes, que deve compor o vocabulário de indexação.

A seleção de descritores relevantes é realizada nas etapas de levantamento e definição dos termos, já que a partir do entendimento dos conceitos a eles atribuídos, com base no contexto da área e perfil dos usuários, se torna possível identificar os assuntos que deverão permanecer no vocabulário em questão. Dessa maneira, automaticamente, se estará privilegiando a recuperação de determinados assuntos em detrimento a outros, que não são de interesse.

A importância estratégica do esquecimento também pode ser observada na utilização do vocabulário elaborado, tanto na etapa de indexação, quanto na etapa de busca. No momento em que os termos de um tesouro são utilizados em um sistema de recuperação da informação, é como se um dispositivo fosse ativado para trazer à tona as informações que foram vinculadas (indexadas) a esses termos. Pode-se comparar essa recuperação ao processo que acontece com nossa memória, quando estimulada por algum vestígio de lembrança, como um cheiro ou uma música.

É possível verificar isso a partir do seguinte exemplo hipotético, no qual supõe-se que o contexto é o acervo do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, cujas categorias principais de assunto têm a ver com o tema Folclore. É factível que alguns documentos possam tratar, em segundo plano, do tema “altitude”. Esse tema poderia aparecer em virtude, por exemplo, da vestimenta típica do Gaúcho da fronteira, por conta do clima da região onde ele vive. Porém, dificilmente, um vocabulário desenvolvido para esse contexto (o Folclore) englobaria o assunto “altitude”, quando poderia enfatizar temas relacionados com a dança da região, ou o próprio tipo de vestimenta (temas muito mais ligados à cultura popular do que propriamente o “clima” da região). Dessa forma, esse assunto terá grande probabilidade de ser “esquecido” nesse acervo, pois existem outros que são realmente o foco da necessidade informacional do usuário dessa instituição.

O “esquecimento” empreendido parte de um processo totalmente estudado e calculado, que se transmuta em verdadeiras estratégias de “apagamento”, que são de grande benefício para a recuperação da informação, pois esta terá maior precisão e seu nível de revocação não será tão alto, satisfazendo mais eficientemente as necessidades dos usuários, e assim os SRI proporcionarão uma “recuperação feliz” da informação.

4 DESIGUALDADE E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: da retórica da “recuperação infeliz” e da “dialética das linguagens documentárias”

A abordagem anterior, atenta à importância do esquecimento, deteve-se à questão metodológica: procuramos demonstrar como, a partir do mecanismo da “amnésia”, do não-

memoriar, a organização do conhecimento atua. Em outros termos, sem o esquecimento não seria possível a construção da experiência de representação do conhecimento. Reconhecemos, ali, em diálogo com o ponto de vista ricoeuriano, o argumento de uma “felicidade memorial” na práxis informacional: a recuperação da informação representa o potencial de uma “memória feliz” quando atende, dada a relação entre precisão e revocação, ao que foi procurado por um dado pesquisador, leitor, usuário.

No entanto, sob outro ponto de partida, encontrando também, em certa medida, o ponto de vista de Ricoeur (2013) (tomando por base sua análise das ideologias na relação com o universo científico), encontramos o potencial de uma angústia na recuperação da informação, pautado pelo prisma da intencionalidade ideológica, tanto como integração como quanto dissolução, dilaceração. A recuperação da informação (se pautada unicamente pela noção de “esquecimento” como método (ou seja, como positivação do potencial de “memória”, no duplo contraditório que fundamenta as margens de “felicidade” ricoeuriana quando vistas sob as lentes da organização do conhecimento), negligencia toda a escala de desigualdade presente na construção social de toda e qualquer linguagem documentária. Opera-se, pois, na contradição analítica esquecimento-memória não uma dialética, mas apenas a condição de ocultamento da flagrante distinção sócio epistêmica provocada pelos mecanismos de organização e busca da informação.

Em sua análise das relações entre ciência e ideologia, “cruzando” (em seus termos) o marxismo, sem afastá-lo, Ricoeur (2013) propõe partir da análise weberiana das ações sociais, como fruto da função de um comportamento dado a partir do comportamento do outro. De um modo geral, a ideologia é, neste movimento sob a alteridade, “função da distância que separa a **memória social** de um acontecimento que, no entanto, trata-se de repetir” (RICOEUR, 2013, p. 78, grifo nosso). Assim, é primitiva, segundo o teórico, em diálogo com o pensamento de Jacques Ellul, as relações evocadas por uma comunidade histórica e um certo ato fundador que a coloca enquanto memória desde a sua constituição, como a Declaração Americana dos Direitos, a Revolução Francesa, a Revolução Russa. Reúne-se, no discurso da memória, a busca pela conversão e a perpetuação de uma dada energia inicial para muito além da epifania de fundação da tradição.

Ocorre, pois, com o “aparecimento” da ideologia a construção de uma base de motivação social, que simultaneamente (para além de um reflexo) justificação e projeto. Estes, por sua vez, são estruturalmente simplificadores e esquemáticos, na medida em que buscam um código, uma visão de conjunto. De sua função geral de integração social desdobram-se, no entanto, sua função de dominação. Nos termos ricoeurianos, “O que a

ideologia interpreta e justifica, por excelência, é a relação com as autoridades, o sistema de autoridade” (RICOEUR, 2013, p.82).

Em paralelo, pois, à condição de integração social como de legitimação da autoridade (demarcação justificada da dominação), outra dimensão ideológica é também tomada como sua função segundo a categorização ricoeuriana: a de deformação (RICOEUR, 2013). Trata-se da noção marxista propriamente dita. Definida por seu conteúdo, a ideologia representa aqui o conjunto de elementos que não permitem ao indivíduo reconhecer a si próprio, ou pautar-se pela alteridade ou, finalmente, perceber (para romper) a dominação instalada pela autoridade legitimada ideologicamente.

O que Marx fornece de novo destaca-se sobre esse fundo prévio de uma constituição simbólica do vínculo social em geral e da relação de autoridade particular. E o que ele acrescenta é essa ideia de que a função justificadora da ideologia aplica-se, por privilégio, à relação de dominação oriunda da divisão em classes sociais e da luta de classes. É dessa forma que lhe somos devedores dessa temática específica do funcionamento ideológico em relação com a posição dominante de uma classe (RICOEUR, 2013, p.85).

Eis que compreendemos, em um sentido macro, que somos, igualmente, devedores de uma memória que, intencionalmente, pela via ideológica, integra, domina e dissolve dadas ações sociais, tendo como “política”, intencionalmente, o esquecimento. Inserida como processo social de sua origem à configuração de uso, a recuperação da informação propiciada pela organização do conhecimento só se realiza dentro (e jamais fora) deste mesmo ambiente. Agora, de forma clara, memória e esquecimento são polos que operam dialeticamente, para comportar e fundar a relação de distinção como produção ideológica.

No cenário da organização do conhecimento, diferentes estudos demonstraram a condição ideológica de construção de linguagens documentárias e seus reflexos. É o caso das teses de Pinho (2010) e Simões (2010), que têm interesse em discutir os modos de representação da homossexualidade masculina nos instrumentos documentários, esta orientada para a compreensão do desenvolvimento da noção de “etnia” e seus desdobramentos categoriais no contexto da Classificação Decimal Universal. Em uma posição crítica, orientada para a visualização da dialética que opera na relação memória e esquecimento, podemos apontar para a relação de esquecimento aqui presente como posicionamento político oriundo da construção de uma memória social legitimada por um agregado de discursos que representam a autoridade.

Neste sentido, o esquecimento é tomado, no âmbito da organização do conhecimento, como operador político da legitimação de uma memória ideologicamente condicionada: o potencial de recuperação da informação, ou seja, a relação pretensamente maquina entre precisão e revocação responderia pela ampliação constante da desigualdade manifestada na impossibilidade de identificação de conteúdos não-hegemônicos em bases de dados, que também poderia ser chamada de uma “recuperação infeliz” (mas sob o pressuposto dialético). O esquecimento, aqui, é menos um método, e mais uma ação social orientada para a construção da autoridade através das lentes informacionais.

Um recurso teórico fundamental neste panorama dialético da recuperação da informação se encontra no discurso “desclassificacionista” de García Gutiérrez (2011), interessado pontualmente na compreensão de uma epistemologia capaz de superar as fraturas da desigualdade manifestas e multiplicadas pelas linguagens documentárias. Assim como Ricouer (2013), em diálogo com Weber e outras tradições que fundamentaram a noção de ideologia, o pesquisador espanhol indica a metonímica como ferramenta que identifica uma parte dentro de um conjunto.

Em sua crítica ao ponto de vista classificacionista ocidental, que incide diretamente no modo como estruturamos elementos teóricos e aplicados na organização do conhecimento visando à otimização da recuperação da informação, García Gutiérrez (2011) demonstra como o recurso metonímico é usado como uma ferramenta política de esquecimento. Trata-se de um princípio de redução metonímica que simplifica e fragmenta a pluralidade das expressões culturais, dissolvendo os processos de compreensão em sua amplitude e favorecendo a visão dominante de uma dada racionalidade estabelecida.

Como demonstrado pelo pesquisador espanhol, em geral nos orientamos por um ponto de partida que se quer e diz não-ideológico ou neutro, amparados por um discurso técnico-científico de separação de verdade e cultura. A proposta de um ponto de partida “desclassificacionista” ou da “declassificação” é, pois, segundo García Gutiérrez (2011), a inclusão do pluralismo dos saberes e das expressões na lógica da organização do conhecimento. Em suas palavras,

It is a metacognitive and non-automatic operation that, in each action of the classifier, requires a complete awareness of incompleteness, bias, and explicitable subjectivity. With current technology, it is possible to elaborate procedures and systems of classification based on declassification. But such techniques and tools will also have to undergo an epistemological revolution in all their protocols and strata. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p.10).

O ato de “desclassificar” não é, ao contrário do que a visão preliminar pode concluir, a negação da “classificação” – logo, a condicionante niilista da recuperação da informação, que postularia a absoluta inacessibilidade de dados em toda e qualquer busca informacional. Não: o “desclassificar” é apenas, esclarece García Gutiérrez (2011), a afirmação anti-dogmática e parcial da relação dialética (e não contraditória) das práticas de organização do conhecimento – em nosso caso, da aproximação e do distanciamento da memória e do esquecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esquecimento não é um “problema”, mas um processo necessário para o funcionamento da memória, ele se traduz na incapacidade de recordar, recuperar informações, experiências que foram memorizadas. O esquecimento é essencial e é a própria condição da memória: só continuamos a reter informações adquiridas e experiências vividas porque conseguimos esquecer tantas outras.

Estudos da psicologia cognitiva apontam a recuperação como um dos processos básicos da memória, ao lado da codificação e do armazenamento. A codificação diz respeito à forma como um item de informação é colocado na memória, para conservar a memória é necessário codificá-la. No âmbito da Organização do Conhecimento a codificação pode ser equiparada aos processos de classificação e indexação. O armazenamento é a capacidade de reter e conservar as informações que serão utilizadas sempre que necessário.

Para a Organização do Conhecimento esse armazenamento pode ser traduzido em organização e realizado através do uso de estruturas classificatórias e do processo de indexação em repositórios, bancos ou bases de dados, ou ainda, em unidades de informação físicas. Na Organização do Conhecimento o processo de recuperação conta com as linguagens padronizadas, como os tesouros, as taxonomias, as ontologias e os mapas conceituais que podem auxiliar a “ativação” e a recuperação da memória ou informação armazenada.

No que tange à recuperação da informação, o cientista da informação, responsável por criar critérios de organização, armazenamento, indexação e classificação, precisa “se esquecer” de determinadas informações consideradas de pouca relevância, identificando as que melhor representam a informação a ser “memorizada”. No entanto, sob o ponto de vista dialético, não pautado na “contradição” aparente entre memória e esquecimento, reconhecemos menos o pressuposto metodológico, e mais a condicionante política da afirmação do uso do esquecimento e da legitimação da memória. Com esta abordagem podemos perceber que a compreensão das margens de repercussão das relações contraditórias

e dialéticas de memória e esquecimento no âmbito da organização do conhecimento representa o horizonte tanto da eficácia da precisão quanto da eficácia da desigualdade.

A partir da trajetória desenvolvida nesse estudo foi possível perceber que o esquecimento está imbricado na memória, sendo mesmo uma das condições de existência da memória. No contexto da Organização do Conhecimento e dos Sistemas de Recuperação da Informação, fundamentados na classificação e nas técnicas de indexação, o esquecimento também é elemento essencial.

Classificar nada mais é que uma operação que se vale do esquecimento, na medida em que é necessário ora “esquecer” diferenças e privilegiar as semelhanças, ora priorizar as singularidades e abandonar as aproximações. E o tratamento documental, aqui representado pela indexação, seleciona determinados assuntos e dispensa outros, na intenção de destacar os que são de interesse de certo público.

Dessa forma, não só é garantida a preservação do que foi produzido no passado, como também sua reutilização no presente. Essa característica distingue o simples armazenamento da informação do armazenamento com vistas à recuperação, pois é a condição que subsidia novas elaborações. Por fim, cumpre ressaltar que o esquecimento empreendido nos SRI se reveste, de um lado, de uma significação metodológica fundamental, na medida em que atua como um pré-requisito que possibilita uma recuperação satisfatória, de outro lado, afirma-se a partir de uma significação socialmente crônica, na medida em que pode operar como mantenedor e disseminador da desigualdade legitimada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Cândido de. **Cenários da organização do conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília: Thesaurus, 2011. 72 p.

ANSI/NISO Z39.19.2005. **Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies**. Bethesda: NISO, 2005. 184 p. Disponível em: <<http://www.niso.org/standards/resources/Z39-19-2005.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

BORGES, Jorge Luis. **Ficciones**. Buenos Aires: Editorial Sur, 1944.

_____. **Otras inquisiciones**. Buenos Aires: Emece, 1960.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói: EdUFF, 2001.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em: <

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/366/175>>. Acesso em 27 maio 2016.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, p.348-359, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n3/a05v11n3.pdf>>. Acesso em 27 maio 2016.

CHAUMIER, Jacques. **Travail et methodes du/de la documentaliste**. Paris: Editions Esf-Entreprise Moderne d'Edition: Libraries Techniques, 1980.

CRIPPA, Giulia. Memórias: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Editora, 2010. p. 79-110.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Revisitando Ranganathan**: a classificação na rede. 2006. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/revisitando/revisitando.htm>>. Acesso em 27 maio 2016.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa / PPGMS, 2005, p.11-27.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014.

IZQUIERDO, Iván; BEVILAQUA, Lia R. M.; CAMMAROTA, Martín. A arte de esquecer. São Paulo: **Estud. av.**, v. 20, n. 58, dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/22.pdf>>. Acesso em 27 maio 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v.33, n.2, 2004, p.91- 96. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/266/235>>. Acesso em 27 maio 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. **Delete**: the virtue of forgetting in the digital age. Princeton: Princeton University Press, 2009.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 37-45, dez. 1996. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603>>. Acesso em 27 maio 2016.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, Rio de Janeiro, março 2011, p. 311 – 328. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em 22 jun. 2016.

PINHO, Fábio. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. Tese (Doutorado). Recife: UFPE, 2010.

PLATÃO. **Fedro ou Da Beleza**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire e l'oubli**. Paris, Ed. du Seuil, 2000.

_____. **Hermenêutica e ideologias**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SIMÕES, Maria da Graça de Melo. **A representação de etnia e a sua evolução na Classificação Decimal Universal**. 2010. Tese (Doutorado). Salamanca (Espanha): Universidade de Salamanca, 2010.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, M. de Fátima G. M. **Sistemas de recuperação de informação e memória**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 7., 2006, Marília. Anais... Marília: [s.n.], 2006.

UNESCO. **Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri**. Paris, 1973, 37p.

VICKERY, Brian. **A note on knowledge organization**. 2008. Disponível em: <http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organization.htm>. Acesso em 08 ago. 2016.

VIGNOLI, Richele Grengé; SOUTO, Diana Vilas Boas; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Sistemas de organização do conhecimento com foco em ontologias e taxonomias. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 23, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/15160>>. Acesso em 22 jun. 2016.

WEINRICH, Harald. **Lete**: arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WIENER, Norbert. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Cultrix, 1968.